



ORDEM
DOS ENGENHEIROS
REGIÃO SUL

ELEIÇÕES 2019

Comunicado do Conselho Diretivo

11 de dezembro de 2018

COMPARTICIPAÇÃO NOS ENCARGOS DA CAMPANHA ELEITORAL DAS LISTAS CANDIDATAS À ELEIÇÃO 2019 DOS ÓRGÃOS DA REGIÃO SUL

Em cumprimento do estipulado no Art. 85.º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros e no Art. 26.º do Regulamento de Eleições e Referendos, o Conselho Diretivo deliberou, na sua reunião de 11 de dezembro de 2018:

- Fixar os valores das comparticipações nos encargos da campanha eleitoral das listas candidatas que vierem a ser admitidas à eleição 2019 dos órgãos da Região Sul constantes da tabela anexa ao presente Comunicado, em consonância com os valores recomendados pelo Conselho Diretivo Nacional;
- Estabelecer as normas e condições para a realização e documentação de despesas, bem como para a apresentação de contas relativas à aplicação das comparticipações que vierem a ser atribuídas, constantes do documento normativo anexo ao presente Comunicado.

Dar-se-á, oportunamente, conhecimento direto de toda esta informação aos Mandatários das listas candidatas que vierem a ser admitidas à eleição dos órgãos da Região Sul.

Com a divulgação do presente comunicado através do portal eletrónico da Ordem dos Engenheiros na Internet e da sua afixação nas sedes da Região Sul e das suas Delegações Distritais, dá-se cumprimento específico ao preceituado na parte final do n.º 3 do Art. 26.º do Regulamento de Eleições e Referendos.

Pel' O Conselho Diretivo,

Jorge Domingues Grade Mendes
Presidente em Exercício

(Anexos)

**Comparticipação nos encargos da campanha eleitoral das listas
candidatas à eleição 2019 dos órgãos da Região Sul**

(com base no n.º de membros efetivos em 30 de setembro de 2018)

Âmbito da candidatura	Nº de membros efetivos abrangidos (30SET2018)	Comparticipação (valores finais corrigidos; mín. = 300,00€)
Candidaturas ao Conselho Diretivo e outros órgãos (listas obrigatoriamente completas) *	25 271	12 636,00 €
Candidaturas a órgãos específicos (listas obrigatoriamente separadas): **		
Conselho Fiscal	25 271	1 440,00 €
Conselho Disciplinar	25 271	2 400,00 €
Eventuais candidaturas separadas a um ou vários órgãos específicos: ***		
Mesa da Assembleia Regional	25 271	1 440,00 €
Conselhos Regionais de Colégio:		
Civil	10 962	5 481,00 €
Electrotécnica	4 839	2 420,00 €
Mecânica	3 660	1 830,00 €
Geológica e de Minas	506	300,00 €
Química e Biológica	1 537	769,00 €
Naval	119	300,00 €
Geográfica	246	300,00 €
Agronómica	1 679	840,00 €
Florestal	268	300,00 €
Materiais	177	300,00 €
Informática	341	300,00 €
Ambiente	937	469,00 €
Delegações Distritais:		
Faro	1 003	502,00 €
Évora	418	300,00 €
Santarém	964	482,00 €
Portalegre	192	300,00 €

* N.º 4 do Art. 17.º do Regulamento de Eleições e Referendos; inclui Mesa da Assembleia Regional, Conselhos Regionais de Colégio e Delegações Distritais.

** N.º 3 do Art. 17.º do Regulamento de Eleições e Referendos.

*** N.º 5 do Art. 17.º do Regulamento de Eleições e Referendos.



Eleição 2019 dos órgãos da Região Sul

Normas para a realização de despesas e apresentação de contas

Comparticipação dos encargos das listas candidatas

O Estatuto da Ordem dos Engenheiros (EOE) estipula no seu Artigo 85.º - Campanha Eleitoral: “A Ordem comparticipa nos encargos da campanha eleitoral de cada lista num montante igual para todas”.

O Regulamento de Eleições e Referendos (RER) define essas regras de comparticipação no seu Artigo 26.º - Comparticipações.

O nº 5 do referido Artigo estipula: “Os Mandatários das listas estão obrigados a apresentar, no prazo de **25 dias** após a realização das eleições, as contas da utilização das comparticipações referidas no número anterior, bem como a totalidade das despesas efetuadas e a origem das respetivas receitas.”

Ficam, assim, os mandatários das listas candidatas obrigados a apresentarem contas dos encargos efetuados com a campanha eleitoral no prazo de 25 dias (o Artigo 52.º do RER referente à contagem dos prazos estipula que os prazos correm continuamente). A apresentação de contas implica a entrega dos documentos legais que justificam as despesas e a devolução, se for esse o caso, de verbas não utilizadas ou não justificadas.

O nº 4 do Artigo 85.º do RER dá a seguinte indicação: “Os Mandatários das listas serão informados sobre a forma de apresentação das contas, aceitação e validação de documentos a entregar e sua adequação ao regime legal e contabilístico da Ordem dos Engenheiros, bem como de despesas relacionadas com deslocações durante a campanha”.

É com essa finalidade que foi elaborado este guia de Normas de apresentação das contas da comparticipação da Ordem dos Engenheiros nos encargos da campanha eleitoral para as eleições para os cargos e órgãos da Ordem dos Engenheiros.

1 – Normas Gerais

No caso de despesas superiores a 5.000,00€ (cinco mil euros) é obrigatória a solicitação às empresas a contratar, por parte das listas candidatas, dos respetivos documentos de habilitação de cada empresa, nomeadamente, documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas:

- Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional;
- Não tenham a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- Não tenham a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

- Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes:
 - Participação numa organização criminosa;
 - Corrupção;
 - Fraude;
 - Branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo;
 - Infrações terroristas ou infrações relacionadas com um grupo terrorista;
 - Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos.

Os documentos atrás referidos devem ser entregues no momento da apresentação das contas à OE por parte de cada candidatura.

Ainda por imperativos legais, todos os gastos efetuados a coberto das comparticipações da Ordem dos Engenheiros têm de ser devidamente documentados (fatura, fatura simplificada ou fatura-recibo) e têm de constar nos documentos os seguintes dados:

Nome: Ordem dos Engenheiros – Região Sul

Número fiscal de contribuinte: 500 839 166

Morada: Av^a António Augusto de Aguiar, 3 D

Código Postal: 1069-030 Lisboa

Os gastos deverão ter sempre, como suporte, um documento contabilístico original (não pode ter escrita a designação: “Duplicado”).

Atenção à fatura-recibo passada por profissionais liberais por serviços prestados e que, na maioria dos casos, tem uma retenção de imposto na fonte (IRS). Esse documento tem de ser contabilizado no mês em que é emitido.

Verificar sempre que no documento consta a designação: Fatura (Fatura-recibo) ou Fatura simplificada. **Atenção:** Não são válidos documentos que tenham a designação de Venda a Dinheiro, Talão de Caixa, ou outro similar.

Quando sejam processadas por sistemas informáticos, todas as menções obrigatórias devem ser inseridas pelo respetivo programa informático de faturação **(não se pode escrever à mão algum dado em falta)**.

2 – Tipos de Gastos

Listagem das despesas mais comuns e válidas desde que suportadas com documentos adequados ao regime legal e contabilístico da Ordem dos Engenheiros:

- Deslocações e estadas
 - Bilhete ou fatura de avião
 - Fatura de táxi
 - Bilhete ou fatura de comboio
 - Fatura de aluguer de viatura (incluindo o combustível gasto)
 - Documento de portagem
 - Fatura (Recibo) de estacionamento
 - Fatura de hotel
 - Fatura de refeições
- Serviços prestados
 - Faturas dos CTT (selos, envelopes, etc.)
 - Faturas de tipografias
 - Faturas de gastos com produção e design de panfletos e outros
 - Faturas de gastos de envelopagem

- Faturas dos média referente a anúncios
- Faturas de consultadoria
- Faturas de aluguer de salas e de espaços bem como dos respetivos equipamentos (quando aplicável)
- Faturas de serviços de restauração (almoços / jantares de campanha eleitoral)

Poderão, excecionalmente, ser aceites despesas com deslocações em viatura própria (0,36€/Km), devendo ser utilizado o impresso próprio para o efeito (em anexo).

Aprovado pelo Conselho Diretivo da Região Sul em 11 de dezembro de 2018



Prestação de contas da comparticipação nos encargos da campanha eleitoral
das listas candidatas à eleição 2019 dos órgãos da Região Sul

(Art. 26.º do Regulamento de Eleições e Referendos)

Mapa discriminativo de deslocações em viatura própria

Instruções:

Utilizar um mapa para cada viatura. Identificar a viatura pela respetiva matrícula.

Preencher todos os campos necessários.

O valor participado por Km percorrido é de 0,36€ (valor não sujeito a tributação).

Lista / Candidatura:	Matrícula da viatura:
Nome do candidato, ou representante da lista, responsável pelas deslocações:	N.º de contribuinte:

Data	Origem		Destino		Justificação / objetivo	Km percorridos
	Local	Hora de partida	Local	Hora de chegada		

N.º total de Km percorridos: 0

Valor total participado: - €

Assinatura do responsável pelas deslocações: